



301 – PROCURADOR JURÍDICO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Texto-base para as questões de 01 a 03.



[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/Image/campanhas/carnaval/campanha\\_sdh\\_2015.jpg](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/Image/campanhas/carnaval/campanha_sdh_2015.jpg)

**01)** Com o tema "Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência", uma campanha com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância de prevenir e denunciar possíveis casos de violação de direitos da população infanto-juvenil foi lançada para o período de grande movimentação turística no Brasil: o carnaval.

Analise o elemento publicitário acima e, em seguida, assinale a opção INCORRETA acerca do critério de textualidade usado para atrair a atenção do público.

- (A) O texto dialoga com a famosa imagem dos três macacos sábios "não vejo, não escuto, não falo", à qual se opõe.
- (B) O texto exemplifica o conceito de que todo texto é um intertexto.
- (C) A intertextualidade diz respeito aos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele, de alguma forma, se relaciona.
- (D) O enunciado foi intencionalmente criado de forma ambígua para atrair a atenção do público e produzir humor.

**02)** Acerca das formas verbais empregadas no texto, NÃO é correto o que se diz em:

- (A) A forma verbal empregada em "Não desvie o olhar." denota que uma ação, ainda não realizada, é concebida como dependente de outra.
- (B) Em "Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência.", as formas verbais foram empregadas com o intuito de exortar o interlocutor a cumprir a ação indicada pelos verbos.
- (C) Todas as formas verbais estão na 3ª pessoa do singular.
- (D) O modo em que se encontram as formas verbais é enunciado no tempo presente, mas na realidade tem valor de um futuro.

**03)** "Proteja nossas crianças e adolescentes da violência." No que diz respeito à análise sintática da oração retirada do texto, todas as opções estão corretas, EXCETO:

- (A) "nossas crianças e adolescentes" é complemento da forma verbal "Proteja", a ela ligado sem uso de preposição.
- (B) "da violência" é complemento da forma verbal "Proteja", a ela ligado por meio da preposição "de".
- (C) É classificada como oração sem sujeito.
- (D) Possui predicado verbal.

**04)** Com relação à semântica da palavra "xadrez" nos diferentes contextos, assinale a opção CORRETA.

I - "O xadrez é um jogo de tabuleiro, sendo também considerado como esporte. É disputado entre dois jogadores, utilizando-se de um tabuleiro e 16 peças, sendo representadas por peões, torres, cavalos, bispos, um rei e uma rainha."

II - "A roupa xadrez é essencial em qualquer guarda-roupa."

III - "Estava preso no xadrez / Quando ouvi a notícia / Que a minha sentença / Era um ano e seis meses"

- (A) No item I a palavra "xadrez" poderia ser interpretada de mais de uma maneira, o que torna a frase estruturalmente ambígua.
- (B) Constitui um caso de sinonímia, por possuir sentidos aproximados.
- (C) Apresenta vários sentidos, constituindo, assim, um caso de polissemia.
- (D) É um caso de antonímia, pois apresenta sentidos contrários entre si.

**05)** Complete as frases com a grafia correta das palavras e, em seguida, indique a opção CERTA.

O \_\_\_\_\_ da empresa não quis prestar esclarecimentos sobre a situação.

É preciso correr! O perigo é \_\_\_\_\_.

Não há motivo para corrigir o que foi dito, por isso \_\_\_\_\_ tudo o que já falei sobre o assunto.

- (A) diligente – eminente – ratifico
- (B) dirigente – iminente – ratifico
- (C) dirigente – eminente – retifico
- (D) diligente – iminente – retifico

**06)** Assinale a opção em que uma das palavras acentuadas graficamente NÃO deveria estar acentuada em razão de mudança das regras de acentuação no Novo Acordo Ortográfico.

- (A) “Num ato heróico, aquele homem salvou a vida de seis pessoas numa tragédia”.
- (B) “O guaraná ali melando o chão, melando minha mão, eu procurando um pedaço de pano para limpar o estrago e ao mesmo tempo derramando lágrimas como se estivesse vivendo uma tragédia.”
- (C) “Aqui você encontra uma enorme variedade de papéis coloridos, perolizados, metalizados, texturizados, decorados e muito mais.”
- (D) “Não consigo pôr o livro na estante. Terei que deixá-lo aqui na mesa.”

**07)** Que opção preenche ADEQUADAMENTE os seguintes espaços em branco?

No norte do Quênia \_\_\_\_\_ escassez de água, por isso mulheres gabras levam horas para carregar pesados galões de água. Quem sabe daqui \_\_\_\_\_ alguns anos essa situação possa ser diferente? Mas \_\_\_\_\_ muito tempo essa história vem se repetindo.

- (A) a – há – a
- (B) a – a – há
- (C) há – há – a
- (D) há – a – há

#### Texto-base para as questões de 08 a 10

#### Momento Num Café

(Manuel Bandeira)

Quando o enterro passou  
Os homens que se achavam no café  
Tiraram o chapéu maquinalmente  
Saudavam o morto distraídos  
Estavam todos voltados para a vida  
Absortos na vida  
Confiantes na vida.

Um no entanto se descobriu num gesto largo e demorado  
Olhando o esquife longamente  
Este sabia que a vida é uma agitação feroz e sem finalidade

Que a vida é traição  
E saudava a matéria que passava  
Liberta para sempre da alma extinta.

Disponível em:

<https://mosqueteirasliterarias.comunidades.net/momento-numa-biblioteca> Acesso em: 10 jan. 2023

**08)** A oração “que se achavam no café”, retirada da 1ª estrofe do poema, é:

- (A) uma oração subordinada adverbial
- (B) uma oração subordinada adjetiva
- (C) uma oração subordinada substantiva
- (D) uma oração coordenada

**09)** Em qual das opções seguintes há um sinônimo possível para “absortos” no contexto do poema?

- (A) obscurecidos
- (B) inflexíveis
- (C) perdidos
- (D) absorvidos

**10)** “Um no entanto se descobriu num gesto largo e demorado / Olhando o esquife longamente”

O elemento coesivo “no entanto” carrega, com relação à estrofe anterior, uma ideia de:

- (A) adversidade
- (B) alternância
- (C) conclusão
- (D) explicação

## LEGISLAÇÃO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL / LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO / REGIMENTO INTERNO

**11)** No final do ano de 2022, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou a “SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS - UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA”.

Por meio dessa publicação foi possível identificar que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou nos últimos anos.

Considerando este problema social, erradicar a pobreza é, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- (A) Fundamento da República Federativa do Brasil
- (B) Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil
- (C) Princípio da República Federativa do Brasil
- (D) Norma sem eficácia

**12)** Considerando as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca do direito à propriedade e direito à moradia, marque a opção INCORRETA.

(A) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(B) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

(C) Ambos são Direitos Fundamentais.

(D) É vedado ao Poder Público municipal intervir na propriedade e moradia, pois são direitos absolutos.

**13)** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Sapucaia/RJ, compete ao Presidente da Câmara Municipal, EXCETO:

(A) Representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna.

(B) Representar a Câmara em juízo e fora dele.

(C) Promulgar resoluções e decretos legislativos.

(D) Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno.

**14)** Nos termos da Lei Orgânica do Município de Sapucaia/RJ, o Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares algumas funções administrativas.

Marque a opção que indica CORRETAMENTE uma dessas funções, que a letra da Lei Orgânica fez questão de positivar de forma explícita:

(A) Solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por período superior a quinze dias.

(B) Prover os serviços e obras da administração pública.

(C) Vetar, no todo em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara.

(D) Convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse de administração o exigir.

**15)** Além das atribuições fixadas em lei, o art. 80 da Lei Orgânica do Município de Sapucaia/RJ enumerou outras competências dos Secretários e Diretores.

Acerca dessas competências, marque a opção INCORRETA.

(A) Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

(B) Os decretos, atos ou regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos somente serão referendados pelo Secretário, com o parecer por escrito do Diretor de Administração, após a devida delegação realizada pelo prefeito.

(C) Compete aos Secretários ou Diretores Subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos.

(D) Compete aos Secretários ou Diretores comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados por ela, para prestação de esclarecimentos oficiais.

**16)** Analise as afirmativas abaixo e assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso.

Considerando a Lei Orgânica do Município de Sapucaia/RJ, pode-se dizer que:

( ) Incumbe ao Município adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos ou desiduosos.

( ) O Município poderá dar nome de pessoa viva a bens e serviços públicos de qualquer natureza, desde que essa pessoa tenha, reconhecidamente, prestado relevantes trabalhos ao Município ou nele se tenha destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

( ) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

( ) Incumbe ao Município facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

(A) V – V – V – V

(B) V – F – V – F

(C) V – F – V – V

(D) F – V – F – F

**17)** A Câmara Municipal de Sapucaia/RJ possui algumas funções; entre elas, a função legislativa. Neste espeque, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ, esta exerce sua função legislativa por meio de projetos de Espécies Legislativas compreendidas no processo legislativo municipal.

Assim, marque a opção INCORRETA, de acordo com o disciplinado no Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ.

(A) É da competência privativa da Mesa da Câmara Municipal a iniciativa dos projetos de Lei que criem, alterem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem ou modifiquem os respectivos vencimentos.

(B) É vedada a rejeição, de forma liminar, de quaisquer Projetos, ainda que proposto por agente que não tenha competência para apresentá-lo, nos termos da lei Orgânica do Município, a fim de efetivar os princípios constitucionais do devido processo legal e contraditório.

(C) O projeto que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões é tido como rejeitado.

(D) Os projetos com prazo de aprovação deverão constar, obrigatoriamente, da Ordem do Dia, independentemente de parecer das comissões, para discussão e votação, pelo menos nas três últimas sessões antes do término do prazo.

**18)** De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ, “Requerimento” é todo pedido verbal ou escrito, feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre qualquer assunto, por Vereador ou Comissão.

Não obstante, quanto à competência para decidi-los, os requerimentos são de duas espécies: sujeitos apenas a despacho do Presidente ou Sujeitos à deliberação ao Plenário. Nesta senda, serão da alçada do plenário, escritos, discutidos e votados, os requerimentos que solicitem:

- (A) observância de disposição regimental
- (B) renúncia de membro de Mesa
- (C) destaque da matéria para votação
- (D) informações solicitadas a entidades públicas ou particulares

**19)** O instituto jurídico denominado “Discussão” está inserido no tema “Dos Debates e das Deliberações” dentro do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ. Esse Regimento conceitua “Discussão” como a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

Considerando esse dispositivo legal, marque a opção INCORRETA.

- (A) Todos os projetos de Resolução estarão sujeitos a duas discussões.
- (B) Terão discussão única os projetos de Lei que sejam de iniciativa do Prefeito e estejam, por solicitação expressa, em regime de Urgência, ressalvados os projetos que disponham sobre criação e fixação de vencimentos de cargos do Executivo.
- (C) Estarão sujeitas a discussão única as seguintes proposições: requerimentos, sujeitos a debates pelo Plenário; indicações, quando sujeitas a debates; pareceres emitidos a circulares de Câmaras Municipais e outras entidades; vetos.
- (D) Serão votados em dois turnos, com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre eles, as proposições relativas à criação de cargos na Secretaria da Câmara.

**20)** “Votação”, nos termos do art. 160 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ é o ato complementar da discussão, através do qual o plenário manifesta a sua vontade deliberativa.

Considerando esse conceito, marque a opção CORRETA sobre a “Votação”.

- (A) O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar devendo, porém, abster-se quando tiver interesse pessoal na deliberação, sob pena de nulidade da votação, quando seu voto for decisivo.
- (B) Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara aberta a “Discussão”.
- (C) O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do art. 160 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ, fará a devida comunicação ao Presidente, de modo que não será computada sua presença para efeito de “quórum”.
- (D) Dependerão de voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara a aprovação e as alterações da matéria referente ao Código Tributário do Município.

**21)** Especificamente sobre as “Sessões Extraordinárias”, marque a opção CORRETA segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ.

(A) A Câmara somente poderá ser convocada, extraordinariamente, pelo Prefeito, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar, ou pelo Presidente da Câmara, para apreciação de ato do Prefeito que importe em infração político-administrativa ou assunto que, por sua relevância e urgência, mereça a convocação extraordinária de Câmara.

(B) A Câmara somente poderá ser convocada, extraordinariamente, pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar.

(C) A Câmara somente poderá ser convocada, extraordinariamente, pelo Prefeito ou Presidente da Câmara, para apreciação de ato que importe em infração político-administrativa ou assunto que, por sua relevância e urgência, mereça a convocação extraordinária de Câmara.

(D) A Câmara somente poderá ser convocada, extraordinariamente, pelo Presidente da Câmara, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar, ou para apreciação de ato do Prefeito que importe em infração político-administrativa.

**22)** Em consonância com a Lei Orgânica do Município de Sapucaia/RJ, acerca do dever do Município com a educação, julgue os itens a seguir:

I - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

II - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

III - O dever do Município com a educação será efetivado mediante o atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Estão CORRETOS os itens:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

**23)** O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até segundo grau, ou por adoção, não poderá contratar com o Município, substituindo a proibição até \_\_\_\_\_ após findas as respectivas funções, não se incluindo nessa proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Sapucaia/RJ, marque a opção que preenche CORRETAMENTE a lacuna acima, a fim de indicar o período em que subsistirá a proibição, conforme determinado na LOM.

- (A) 12 (doze) meses
- (B) 24 (vinte e quatro) meses
- (C) 6 (seis) meses
- (D) 3 (três) meses

**24)** Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especificamente sobre o tema nacionalidade, marque a opção CORRETA.

(A) João, nascido na Tunísia, filho de brasileiros, foi registrado em repartição brasileira competente e, após alguns anos foi residir no Brasil, optando pela nacionalidade brasileira, quando atingiu a maioridade, razão pela qual é considerado um brasileiro naturalizado.

(B) Não haverá distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

(C) Em regra, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, havendo exceções, dentre elas: no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

(D) Cargos políticos sempre são privativos de brasileiro nato, de modo que um estrangeiro, ainda que tenha se naturalizado brasileiro, mesmo que cumpra os demais requisitos legais, não poderá ser vereador da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ devido a sua nacionalidade originária.

**25)** Acerca das “Proposições” e sua Tramitação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sapucaia/RJ, sabe-se que Proposição é toda matéria sujeita à deliberação ou encaminhamento do Plenário.

Neste sentido, as proposições poderão se constituir em:

(A) Espécies Legislativas compreendidas no processo legislativo municipal, apenas, ou seja: emendas à Lei Orgânica Municipal; Leis complementares; Leis ordinárias; Leis delegadas; Resoluções; Decretos legislativos.

(B) Indicações; requerimentos; substitutivos; emendas ou subemendas; pareceres e vetos, apenas.

(C) Espécies Legislativas compreendidas no processo legislativo municipal, ou seja: Emendas à Lei Orgânica Municipal; Leis complementares; Leis ordinárias; Leis delegadas; Resoluções; Decretos legislativos; bem como: indicações; requerimentos; substitutivos; emendas ou subemendas; pareceres e vetos.

(D) Espécies Legislativas compreendidas no processo legislativo municipal, exceto as emendas à Lei Orgânica Municipal, ou seja: Leis complementares; Leis ordinárias; Leis delegadas; Resoluções; Decretos legislativos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**26)** Determinado eleitor, no gozo de seus direitos políticos, cidadão, residente e eleitor no Município Alfa resolve ajuizar ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público do Município Beta.

Considerando essas informações, marque a opção CORRETA sobre a legitimidade desse eleitor para ajuizamento da mencionada ação popular, bem como o cabimento da ação.

(A) Considerando que a pretensão é a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, apenas a Ação Civil Pública pode ser ajuizada no presente caso, de modo que o referido eleitor não possui legitimidade para a propositura da ACP.

(B) O eleitor em questão, bem como qualquer outro cidadão são partes legítimas para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência.

(C) Apesar de ser cabível a ação popular, o eleitor em análise não possui legitimidade ativa *ad causam*, visto que possui domicílio eleitoral em município estrangeiro àquele em que ocorreram os eventuais fatos lesivos ao patrimônio público, não possuindo, pois, uma das condições da ação, qual seja, interesse de agir.

(D) Considerando que a pretensão é a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, apesar do referido eleitor possuir legitimidade para a propositura da demanda, a ação proposta deve ser o Mandado de Segurança e não Ação Popular, como pretende o eleitor.

**27)** A Lei nº 9.637 1998 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais.

Considerando este dispositivo legal, especificamente sobre o fomento às Atividades Sociais, marque a opção CORRETA.

(A) Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

(B) É vedado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, ainda que com ônus para a origem.

(C) Às organizações sociais poderão ser destinados bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, sendo vedada a destinação de recursos orçamentários.

(D) Constitui um dever do Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem, a fim de viabilizar o fiel cumprimento do contrato de gestão.

**28)** Acerca do acordo de não persecução civil, considerando as disposições contidas na Lei 8.429/1992, marque a opção CORRETA.

(A) A celebração do acordo de não persecução civil independe de homologação judicial, caso o acordo ocorra antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

(B) A celebração do acordo de não persecução civil independe da oitiva do ente federativo lesado.

(C) Em qualquer caso, a celebração do acordo de não persecução civil considerará a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso, sendo vedada a consideração da personalidade do agente.

(D) O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado, inclusive, no momento da execução da sentença condenatória.

**29)** Sabe-se que os direitos e garantias fundamentais são instrumentos postos a fim de efetivar a proteção do indivíduo frente à atuação do Estado.

Neste sentido, podem ser entendidos, dentre outros conceitos, como direitos protetivos, os quais garantem um mínimo necessário para que um indivíduo exista de uma forma digna, dentro de uma sociedade administrada por um Estado Soberano, o qual se apresenta como próprio garantidor desses direitos “mínimos”, capazes de efetivar o primado da Dignidade da Pessoa Humana.

Assim, marque a opção que NÃO CORRESPONDE a uma característica dos direitos fundamentais.

(A) Universalidade

(B) Inalienabilidade

(C) Renunciabilidade

(D) Imprescritibilidade

**30)** É cediço que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 37, “caput”, preceitua que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte. [...]”.

Considerando as regras constitucionais de aplicação específica no âmbito da Administração Pública, marque a opção CORRETA.

(A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

(B) É facultada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

(D) A proibição de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções, não abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

**31)** Em regra, a celebração de contratos administrativos deve ser precedida do procedimento de licitação. Porém, o próprio texto legal prevê algumas situações em que é admitida a celebração dos contratos administrativos sem a realização da licitação.

Considerando esta possibilidade de contratação direta, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como a Lei 8.666/1993, marque a opção CORRETA.

(A) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.

(B) É possível a inexigibilidade de licitação para serviços de publicidade e divulgação, desde que se enquadrem em serviço de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

(C) É inexigível a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

(D) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas estipuladas na Lei de Licitações. Não obstante, quando se tratar de Bens móveis, a alienação dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada, dentre outros casos legais, no caso de permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública.

**32)** A doutrina é segura ao afirmar que o Direito Penal não deve se ocupar com bagatelas ou insignificâncias, isto é, não deve haver preocupação com condutas que não afetem a sociedade por inteiro, de modo que o crime não pode ser visto “apenas” como uma simples transgressão à Lei Penal determinada pelo Estado, mas uma conduta que causa grave ofensa ao bem jurídico protegido.

Acerca do Princípio da Insignificância, marque a opção INCORRETA.

(A) Para a incidência do princípio da insignificância, o Supremo Tribunal Federal designou a necessidade da existência dos seguintes vetores: Mínima ofensividade da conduta; Inexistência da periculosidade social da ação; Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; Inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(B) O princípio da insignificância possui a finalidade de excluir a ilicitude da conduta.

(C) O STJ, por meio da Súmula 599, entendeu que o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública, apesar de esse entendimento possuir aplicação mitigada, visto que tanto o STF quanto o próprio STJ já aplicaram o princípio da insignificância em determinados casos julgados.

(D) A doutrina e jurisprudência admitem o princípio da insignificância em relação ao crime de descaminho.

**33)** Alguns doutrinadores gostam de lecionar que o “Tributo” é o preço da liberdade, explicando que tendo em vista a Constituição da República de 1988 ter assegurado determinadas liberdades (no plano econômico, social, dentre outras), faz-se necessária a arrecadação de tributos com a finalidade de viabilizar a promoção e manutenção dessas liberdades.

Neste sentido, considerando a disciplina da ciência do Direito denominada como “Direito Tributário”, marque a opção INCORRETA.

(A) Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.

(B) Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo.

(C) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

(D) A Constituição estadual pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.

**34)** A Lei 4.320/1964 dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos, sendo, portanto, conhecida como a Lei do Orçamento.

Um dos diversos conceitos que podem ser extraídos da mencionada norma se refere à Despesa Pública, a qual pode ser entendida como os gastos realizados pelo Estado com a finalidade de alcançar seus objetivos, determinados em lei, atendendo ao interesse da coletividade.

Não obstante, sabe-se que a Despesa Pública possui estágios. Considerando o estágio da Despesa Pública conhecido como “Empenho”, marque a opção INCORRETA.

(A) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, razão pela qual não há possibilidade de dispensa da emissão da nota de empenho.

(B) Existem três tipos de empenho: individual, global e estimativo.

(C) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

(D) Para cada empenho será extraído um documento denominado “nota de empenho” que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

**35)** Considerando a disciplina da Lei 7.347/1985 - Ação Civil Pública, marque a opção INCORRETA.

(A) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

(B) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

(C) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, independente de cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

(D) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

**36)** Considere as disposições constitucionais e legais sobre as matérias de direito eleitoral e direitos políticos e marque a opção CORRETA.

(A) O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

(B) A ação popular é um instrumento de exercício da soberania popular classificada como direito político negativo, pois restringe, impede e combate atividades político-partidárias ilícitas.

(C) O sistema constitucional brasileiro, por meio da CRFB/88, adotou o sistema do bipartidarismo.

(D) A forma de convocação do plebiscito será sempre por meio de Lei.

**37)** Sabe-se que um processo administrativo é um instrumento por meio da qual a Administração Pública, através de uma sequência ordenada de atos, busca efetivar o previsto em lei, seja essa previsão uma determinação, proibição ou até mesmo uma faculdade.

Considerando esse conceito e as disciplinas aplicáveis ao processo administrativo, marque a opção CORRETA.

(A) O processo administrativo poderá ser iniciado a pedido do interessado, vedado o início do processo de ofício, com base no princípio da inércia da jurisdição, visto que no âmbito do processo administrativo a Administração Pública desempenha uma função jurisdicional.

(B) Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam assegurados, o administrado tem o direito, perante a Administração, de ser assistido, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

(C) O princípio da ampla defesa confere ao administrado a prerrogativa de não possuir o dever de expor os fatos conforme a verdade.

(D) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente não a exigir.

**38)** Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante falsificação ou alteração de nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável, entre outras condutas tipificadas na legislação que define os crimes contra a ordem tributária.

Considerando o tipo penal acima descrito, marque a opção CORRETA.

(A) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária o crime descrito no enunciado da questão, antes do lançamento definitivo do tributo.

(B) Tipifica-se crime formal contra a ordem tributária, o crime descrito no enunciado da questão, independente do lançamento definitivo do tributo.

(C) Tipifica-se crime material contra a ordem tributária, o crime descrito no enunciado da questão, independente do lançamento definitivo do tributo.

(D) Não se tipifica crime formal contra a ordem tributária, o crime descrito no enunciado da questão, antes do lançamento parcial do tributo.

**39)** O instituto da desapropriação pode ser entendido como a modalidade mais extrema de intervenção do Estado no domínio privado, sendo um procedimento regido pelo direito público, por meio do qual a Administração Pública transfere para si a propriedade que até então pertencia a terceiros. Considerando este conceito dado ao instituto jurídico denominado de “Desapropriação”, analise os itens que seguem e assinale a opção CERTA.

I - É possível a ocorrência de Desapropriação por Interesse Social, por Necessidade Pública e por Utilidade Pública.

II - É possível a ocorrência de Desapropriação para Fins de Reforma Urbana.

III - É possível a ocorrência de Desapropriação para Fins de Reforma Agrária.

IV - É possível a ocorrência de Expropriação sem qualquer indenização ao proprietário.

- (A) Apenas um item está correto.
- (B) Apenas um item está incorreto.
- (C) Todos os itens estão incorretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

**40)** A Câmara Municipal de Vereadores de determinado Município demandou ação contra a União, requerendo liberação dos repasses do Fundo de Participação do Município (FPM), os quais estavam retidos. Acerca da legitimidade ativa da Câmara Municipal de Vereadores para a propositura dessa demanda, marque a opção CORRETA.

(A) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, da qual decorre sua personalidade judiciária. Entretanto a Câmara não possui legitimidade ativa para essa demanda, visto que a legitimidade de tal demanda é concorrente do órgão do poder executivo e judiciário municipal.

(B) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, da qual decorre sua personalidade judiciária. Por esta razão, a Câmara possui legitimidade ativa para essa demanda, visto que a personalidade judiciária da Câmara Municipal é ampla, conferindo-lhe a prerrogativa de atuar em juízo em qualquer caso de interesse do Município.

(C) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, porém goza de personalidade judiciária. Entretanto, a Câmara não possui legitimidade ativa para essa demanda, visto que só pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

(D) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, porém goza de personalidade judiciária. Por esta razão, a Câmara possui legitimidade ativa para essa demanda, visto que a personalidade judiciária da Câmara Municipal é ampla, conferindo-lhe a prerrogativa de atuar em juízo em qualquer caso de interesse do Município.



